

GILMAR FERREIRA MENDES
MARIA ISABEL DINIZ GALLOTTI RODRIGUES
TERESA ARRUDA ALVIM
Coordenadores

Prefácio
José Sarney

O NOVO PERFIL DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

Estudos em homenagem ao Professor Bruno Dantas
nos 20 anos da Repercussão Geral

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2025

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo / Thaynara Faleiro Malta

Revisão: Nathalia Campos

Capa e projeto gráfico: Walter Santos

Diagramação: Formato Editoração

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430

Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N945	O novo perfil do controle difuso de constitucionalidade: estudos em homenagem ao Professor Bruno Dantas nos 20 anos da Repercussão Geral / Gilmar Ferreira Mendes, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Teresa Arruda Alvim (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025. 751p. 14,5x21,5cm ISBN impresso 978-65-5518-898-1 ISBN digital 978-65-5518-901-8 1. Repercussão geral. 2. Controle de constitucionalidade. 3. Recurso extraordinário. I. Mendes, Gilmar Ferreira. II. Gallotti Rodrigues, Maria Isabel Diniz. III. Alvim, Teresa Arruda. IV. Título. CDD: 342 CDU: 342
------	---

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MENDES, Gilmar Ferreira; GALLOTTI RODRIGUES, Maria Isabel Diniz; ALVIM, Teresa Arruda (coord.). *O novo perfil do controle difuso de constitucionalidade: estudos em homenagem ao Professor Bruno Dantas nos 20 anos da Repercussão Geral*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 751p. ISBN 978-65-5518-898-1.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

José Sarney	17
--------------------------	----

NOTA DOS COORDENADORES	21
------------------------------	----

REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL, O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS REPETITIVOS E AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF).....	23
--	----

Alexandre Freire	23
-------------------------------	----

1 Bruno Dantas, Estadista.....	23
--------------------------------	----

2 Considerações gerais.....	25
-----------------------------	----

3 Natureza jurídica e estrutura do incidente de resolução de resolução dos recursos extraordinários repetitivos.....	29
---	----

3.1 Incidente processual: conceito, características e outras categorias relacionadas	30
---	----

3.2 Questão incidental.....	33
-----------------------------	----

3.2.1 Conceitos e características	33
---	----

3.2.1.1 Acessoriedade	35
-----------------------------	----

3.2.1.2 Acidentabilidade.....	37
-------------------------------	----

3.3 Procedimento incidental.....	38
----------------------------------	----

3.3.1 Conceito e características.....	38
---------------------------------------	----

3.3.1.1 Autonomia estrutural.....	39
-----------------------------------	----

3.3.1.2 Vinculação funcional.....	40
-----------------------------------	----

4 Julgamento de recursos extraordinários repetitivos: um incidente processual.....	42
---	----

5 A audiência pública como espaço democrático de legitimidade das decisões formalizadas no incidente de recursos extraordinários repetitivos	45
--	----

5.1 Procedimento para realização de audiências públicas no STF ...	49
--	----

5.2 A audiência pública no STF: da legitimidade técnica à legitimidade democrática.....	52
--	----

5.3 Lições decorrentes das audiências públicas realizadas no STF para sua devida convocação no julgamento dos incidentes de recursos extraordinários repetitivos	55
--	----

6	Conclusão.....	56
	Referências	58

CENÁRIOS E DESAFIOS PARA UMA CULTURA DE PRECEDENTES NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO	63
---	----

André Macedo de Oliveira	63
---------------------------------------	----

1	Introdução.....	63
2	Percepções sobre a teoria de precedentes no cenário brasileiro....	64
3	Os precedentes no CPC de 2015	69
4	O aprimoramento de uma cultura de precedentes no STJ	76
5	O papel das escolas de Direito no Brasil na cultura de precedentes: um redesenho do ensino do Direito Processual.....	82
6	O papel e os desafios do CNJ na cultura de precedentes e racionalização do sistema processual brasileiro	89
7	Conclusões	94
	Referências	96

PRECEDENTES VINCULANTES, ARBITRAGEM E A INDUÇÃO AO ACORDO ENTRE AS PARTES	101
--	-----

Arnoldo Wald	101
---------------------------	-----

Referências	112
-------------------	-----

O PANORAMA ATUAL DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	115
--	-----

Eduardo Arruda Alvim, Ígor Martins da Cunha	115
--	-----

1	Introdução.....	115
2	O controle constitucionalidade.....	116
3	O controle concentrado de constitucionalidade.....	119
4	O controle difuso de constitucionalidade realizado no julgamento do recurso extraordinário.....	123
5	A posição do Ministro Bruno Dantas e da Professora Teresa Arruda Alvim a respeito dos efeitos vinculantes e eficácia <i>erga omnes</i> no controle difuso e controle concentrado.....	132
	Conclusão.....	133
	Referências	134

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL NO RECURSO ESPECIAL: AS HIPÓTESES DE PRESUNÇÃO PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS SEUS PRISMAS INTERPRETATIVOS	137
--	-----

Fabiano da Rosa Tesolin	137
--------------------------------------	-----

1	Introdução.....	137
2	A delimitação dos elementos estruturantes do filtro da relevância	138

3	As hipóteses de relevância da questão federal na Constituição Federal	142
4	Os prismas interpretativos da presunção de relevância da questão federal	145
5	A necessária presença dos critérios da relevância e a transcendência para as hipóteses de relevância previstas no texto constitucional.....	152
6	Conclusões.....	155
	Referências	156

A EFETIVIDADE DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR): UM ESTUDO EMPÍRICO À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DA CELERIDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA.....

	Fábio Lima Quintas, Aline Arêdes de Oliveira	159
1	Introdução.....	159
2	O rito processual do IRDR.....	161
3	Metodologia e indicadores para a pesquisa empírica da efetividade do IRDR: a isonomia, a celeridade processual e a segurança jurídica como parâmetros para a efetividade processual	164
3.1	A seleção dos processos e das decisões em IRDR.....	167
3.2	Os indicadores de celeridade (fator tempo).....	168
3.3	Os indicadores de segurança jurídica (estabilidade e calculabilidade).....	169
4	Resultados dos indicadores de celeridade (fator tempo).....	170
5	Síntese dos resultados dos indicadores de segurança jurídica (estabilidade e calculabilidade)	174
6	Discussão dos resultados e conclusões.....	180
7	Conclusão.....	182
	Referências	183
	Apêndice I – Lista dos IRDRs analisados.....	188

ACORDOS EM JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E AS NOVAS FUNÇÕES DA RECLAMAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

	Georges Abboud	197
1	Introdução.....	197
2	O STF e os acordos em jurisdição constitucional.....	198
3	Novas funções da reclamação e o STF	212
4	Conclusão.....	215
	Referências	216

SISTEMA DE PRECEDENTES: PREVISIBILIDADE – SEGURANÇA JURÍDICA E A TEORIA DA INTEGRIDADE DE DWORKIN NO BRASIL		219
Gisele Santos Fernandes Góes, Arthur Laércio Homci		219
1	Introdução.....	219
2	Por que é importante que um sistema jurídico seja previsível?..	220
3	O valor da previsibilidade nos sistemas jurídicos de <i>civil law</i>	222
4	O direito como integridade e a metáfora do romance em cadeia.....	225
5	A inserção do sistema de vinculação de precedentes no direito brasileiro.....	229
6	Conclusão.....	232
	Referências	233

OS 20 ANOS DA REPERCUSSÃO GERAL E OS 15 ANOS DA “QUESTION PRIORITAIRE DE CONSTITUTIONNALITÉ” (QPC): EFEMÉRIDES EM PERSPECTIVA COMPARADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) E DO CONSEIL CONSTITUTIONNEL		237
Guilherme Pupe, Guilherme Mazarello.....		237
1	Introdução.....	237
2	Breve histórico da Repercussão Geral	238
3	Histórico do controle jurisdicional de constitucionalidade no direito francês: uma cultura jurídica de desconfiança em relação aos juízes.....	244
4	A Repercussão Geral: de filtro recursal ao sistema de precedentes brasileiro	251
5	A alteração do perfil do Conseil Constitutionnel: a França, enfim, possui uma Corte Constitucional?	256
6	Conclusão.....	262
	Referências	263

FILTROS RECURSAIS: DA ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA À REPERCUSSÃO GERAL E À RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL. NOTAS HISTÓRICAS E COMPARATIVAS.....		267
Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Daniane Faria de Souza Rhodes.....		267
1	Considerações iniciais	267
2	Função dos tribunais na contemporaneidade	268
3	Histórico dos filtros recursais: a arguição de relevância	273
4	O contexto atual da repercussão geral e o exame comparado com a relevância da questão federal e a transcendência trabalhista	277
5	Considerações finais.....	285
	Referências	286

A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO JURÍDICA COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL (CF, ART. 105, NOVO §2º, ACRESCIDO PELA EC Nº 125/2022). REFLEXOS NO PLANO DA JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE. INCERTEZA.....		291
Humberto Theodoro Júnior		291
1	Introdução.....	291
2	Natureza jurídica na relevância.....	294
3	Seriam a mesma coisa a “repercussão geral” do recurso extraordinário e a “relevância” do recurso especial?	295
4	Caracterização da relevância da questão federal, para admissibilidade do recurso especial	297
5	Relevância e valor da causa.....	298
6	Vigência da sistemática da “relevância” implantada pela EC nº 125/2022	300
7	A relevância e a formação de precedentes vinculantes.....	300
8	O papel das Cortes de Vértice no direito contemporâneo.....	301
9	O projeto de lei regulamentador do §2º do art. 105 da CF (Projeto de Lei nº 3.804/2023)	303
10	Conclusão: uma advertência importante	304
	Referências	306

DO CONCRETO AO ABSTRATO: A EXPANSÃO DA ABSTRATIVIZAÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF A PARTIR DOS TEMAS Nº 881 E 885		309
--	--	-----

Jorge Octávio Lavocat Galvão, Maria Fernanda Ferreira Teixeira		309
1	Introdução.....	309
2	O sistema misto de controle de constitucionalidade no Brasil: a distinção entre os controles concentrado e difuso antes da implementação da repercussão geral	310
3	A repercussão geral e sua progressiva abstrativização pelo STF	314
4	A possível expansão máxima dos efeitos abstratos da repercussão geral a partir dos Temas nº 881 e 885	320
5	Conclusão.....	325
	Referências	327

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO.....		331
José Antonio Dias Toffoli, Roberta Maria Rangel		331

1	A trajetória do Ministro Bruno Dantas.....	331
2	Breves considerações introdutórias	332
3	Antecedentes históricos da jurisdição constitucional: os modelos norte-americano e austríaco	333

4	A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil: da Proclamação da República à Constituição de 1988.....	336
5	O protagonismo do STF e da jurisdição constitucional pós-Constituição de 1988.....	348
	Referências.....	352

A EVOLUÇÃO PROMOVIDA NO PODER JUDICIÁRIO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL (EC) Nº 45/2004: REVISITAR A HISTÓRIA PARA TRILHAR OS CAMINHOS DO FUTURO.....		355
	José Jorge de Vasconcelos Lima	355
	Conclusão.....	373
	Referências.....	374

COMO SALVAR O SISTEMA DE REPERCUSSÃO GERAL: TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E REALISMO NA ESCOLHA DO QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) VAI JULGAR.....		377
	Luís Roberto Barroso, Frederico Montedonio Rego	377

	Nota prévia: homenagem ao Ministro Bruno Dantas	377
1	Introdução.....	378
2	O colapso do sistema de repercussão geral	379
2.1	A necessidade de um filtro de relevância	379
2.2	Repercussão geral: impacto inicial e descontrole superveniente	383
2.3	O estoque gerado e o congestionamento do sistema de Justiça.. ..	386
3	Algumas causas da insuficiência do modelo atual de repercussão geral.....	387
3.1	A adoção da prática do “filtro oculto” pelo STF	387
3.2	A prática atual se utiliza apenas da recusa de teses, não de casos.....	390
3.3	<i>Quorum</i> e efeitos da não manifestação de algum ministro.....	393
4	Solucionando o problema: a forma e o momento do juízo de repercussão geral.....	396
4.1	A existência ou não de repercussão geral deve ser o primeiro exame a ser feito.....	396
4.2	É possível a negativa de repercussão geral com efeitos limitados ao caso concreto e motivação sumária	398
4.3	A omissão de algum ministro em se manifestar não configura voto	408
5	Considerações finais.....	408
	Referências	410

ANÁLISE ECONÔMICA DO SISTEMA RECURSAL BRASILEIRO		415
	Luiz Fux, Antonio Ali Brito	415
1	Introdução.....	415
2	Sistema recursal brasileiro: conceitos fundamentais.....	416

3	Uma leitura à luz da Análise Econômica do Direito (AED)	422
3.1	A tradição norte-americana.....	422
3.2	O caso brasileiro.....	425
4	Síntese conclusiva	429
	Referências	430

DELIMITAÇÃO DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	433
--	-----

Luiz Guilherme Marinoni	433
1 Introdução.....	433
2 Questão constitucional e fundamento do recurso: distinção e consequências.....	433
3 Por que a Corte não é vinculada ao fundamento constitucional analisado na decisão recorrida ou deduzido no recurso?	437
4 A necessidade de abrir oportunidade para as partes e os <i>amici curiae</i> discutirem o fundamento constitucional não expresso no recurso.....	439
5 A questão constitucional delimitada quando do reconhecimento da repercussão geral pode ser redimensionada	441
6 Os limites da Corte diante da questão constitucional estabelecida no recurso extraordinário.....	442
7 A separação de Poderes como fundamento da vinculação da Corte ao caso e à questão constitucional instituída pelo recurso	449
8 Conclusões.....	454
Referências	455

RECLAMAÇÃO E PRECEDENTES.....	457
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas	457

A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL PARA MELHOR EQUILÍBRIO ENTRE AS FUNÇÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ): A REPERCUSSÃO GERAL COMO PARADIGMA.....	463
--	-----

Marcelo Ornellas Marchiori	463
1 Introdução.....	463
2 A divisão judiciária e a diversidade de cortes supremas brasileiras	465
3 A relação entre as funções atuais do STJ e a diferenciação prática entre precedentes e jurisprudência	467
4 A relevância da questão de direito federal infraconstitucional analisada sob o seu principal paradigma: a repercussão geral para o recurso extraordinário	475
5 Conclusão.....	482

Referências	485
O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO PROCEDIMENTO ARBITRAL	
	489
Márcio Bellocchi	489
1 Introdução	489
2 <i>Un vol d’oiseau</i> sobre a arbitragem e sua interface com o Judiciário	489
3 O poder/dever do árbitro de exercer – incidentalmente – o controle difuso de inconstitucionalidade	491
3.1 Sobre a declaração de inconstitucionalidade da norma no direito brasileiro	491
3.2 Formas de controle da inconstitucionalidade da norma. O sistema adotado pelo Brasil	492
3.3 O árbitro como agente de controle (difuso) de inconstitucionalidade da lei	494
Referências	497
OS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA À LUZ DO SISTEMA DE PRECEDENTES	
	499
Marcus Vinicius de Abreu Sampaio	499
Origem e natureza jurídica dos Embargos de Divergência	499
Mecanismos criados para evitar a ocorrência da dissonância interna	503
A importância de se atrelar o efeito vinculante ao sistema de precedentes e a previsão de sanção para a inobservância	510
Precedentes judiciais e os Embargos de Divergência	511
Omissão relativa aos Embargos de Divergência no rol dos mecanismos do art. 927 – omissão voluntária ou acidental?	
Oportunidade perdida pelo legislador	513
Necessidade de se atribuir maior rendimento sistêmico ao mecanismo dos Embargos de Divergência	518
Ambiente decisional propício para a formação de precedente vinculante	521
Observância de contraditório pleno e competência qualificada ...	523
Função específica de pacificação da jurisprudência interna e estabelecimento de padrão decisório	525
Respeito “obrigatório” pelos próprios tribunais dos quais se originaram as decisões dos Embargos	527
Vinculação pelos demais tribunais – característica que não depende, necessariamente, de lei escrita – vinculação decorrente da lógica do sistema	529
Referências	531

NOVOS HORIZONTES: A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) APLICADA À REPERCUSSÃO GERAL	535
Marcus Vinicius Furtado Coêlho	535
1 Novos caminhos para o direito.....	535
2 Paradigmas das tecnologias e da IA no mundo.....	536
3 A IA e o ordenamento jurídico	537
4 Novas ferramentas de IA aplicadas pelo STF: os robôs Victor e VictorIA	538
5 Sistema de precedentes e segurança jurídica.....	542
6 Considerações finais: uma abordagem geral sobre o uso de IA pelo direito.....	544
Referências	545

DA CRISE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO À CRISE DO RECURSO ESPECIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A REGULAMENTAÇÃO DA RELEVÂNCIA	547
---	-----

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Caio Victor Ribeiro dos Santos	547
1 Introdução.....	547
2 A crise do recurso especial e o atual perfil do STJ	548
3 Repercussão geral e o sistema conformado nos últimos anos	553
4 Transcendência e considerações sobre o projeto da OAB	560
5 Que modelo deve escolher o legislador?.....	566
Referências	569

O RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE) E SUA EFICÁCIA SUBJETIVA: CF, 102, III, E O DEVER DE O STF DECIDIR A CAUSA CONCRETA, RESOLVENDO A LIDE SUBJETIVA. SEPARAÇÃO DE PODERES, PODER LEGISLATIVO E INTERPRETAÇÃO DA CF, 52, X.....	571
---	-----

Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery	571
1 Introdução e localização do tema	571
1.1 Eficácia intersubjetiva do RE.....	575
1.2 Reconhecimento da inconstitucionalidade no RE (controle difuso).....	578
1.3 Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo STF no controle concreto.....	579
2 RE: juízo de cassação e juízo de revisão	580
3 Anotações sobre <i>mutação constitucional</i> (refutação da tese dos Ministros Gilmar Ferreira Mendes e Eros Grau na Rcl. nº 4.335/AC, utilizada como fundamento pelo STF para negar vigência à CF, 52, X)	587
3.1 Estado Constitucional (<i>Verfassungsstaat</i>)	588
3.2 Alteração da Constituição	589

3.3	Poder constituinte originário	590
3.4	Poder constituinte derivado (reformador).....	590
3.5	Limites do poder constituinte derivado	591
3.6	Reforma constitucional tácita.....	591
3.7	Mutação constitucional. Conceito	592
3.8	Espécies de mutação constitucional.....	594
3.9	Limites da mutação constitucional.....	595
3.10	Jurisdição constitucional e os limites da mutação constitucional	597
3.11	Direitos fundamentais, direito consuetudinário e mutação constitucional	598
3.12	Mutação constitucional e o STF	599
3.13	O Senado e o caso da CF 52 X: mutação constitucional prenunciada pelo STF?.....	600
4	Inconstitucionalidade de lei reconhecida em RE: pela CF, 52, X, o Senado apenas “publica” a decisão do STF?.....	603
5	Conclusão.....	606
	Referências	610

A REPERCUSSÃO GERAL HOJE: Esvaziamento da função do recurso extraordinário?.....	617
---	-----

Osmar Mendes Paixão Côrtes	617
---	-----

1	Considerações iniciais	617
2	A função do recurso extraordinário a partir do seu cabimento..	617
3	A evolução da repercussão geral – de filtro individual a um instrumento pluri-individual.....	623
4	Haveria um esvaziamento da função do recurso extraordinário?	632
	Referências	634

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO DE SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA	637
---	-----

Paulo Gustavo Gonet Branco, Pedro Henrique de Moura Gonet Branco	637
---	-----

1	Algumas experiências de julgamentos vinculantes.....	637
2	A Súmula no STF	639
3	A experiência da representação interpretativa.....	640
4	Inovações posteriores a 1988.....	642
5	O CPC de 2015, as decisões vinculantes	644
6	Súmulas Vinculantes do STF.....	647
7	Controle de constitucionalidade por meio de ADI.....	648
8	Controle de constitucionalidade por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)	649

9	Conclusão.....	651
	Referências	652

A IMPORTÂNCIA DOS PRECEDENTES NO ATUAL CENÁRIO DE LITIGIOSIDADE NO BRASIL.....	653
--	-----

Rodrigo Fux	653
--------------------------	-----

1	Introdução.....	653
2	Breve histórico das reformas processuais: de que ponto partimos?.....	654
3	O que são os precedentes?	659
4	O sistema de precedentes do CPC/2015	662
5	Conclusão.....	669
	Referências	671

CONTROLE DIFUSO E CONCENTRADO, O ABUSO E A UTILIDADE DAS TESES.....	675
---	-----

Teresa Arruda Alvim	675
----------------------------------	-----

1	Introdução.....	675
2	Controle difuso e concentrado no STF	675
3	A distinção – o controle concentrado.....	677
4	Os precedentes – tendência à equiparação das “eficácias”	684
5	A atual impossibilidade de se diferenciarem ambas as “eficácias”	688
6	O abuso na redação das teses – utilidade e perigo	689
7	Especialmente: tese x <i>ratio</i>	696
	Referências	710

OS DESAFIOS PARA UM MODELO DE PRECEDENTES BRASILEIRO NO ÂMBITO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	713
--	-----

Ticiano Figueiredo, Raphael Marcelino	713
--	-----

1	Introdução.....	713
1.1	As contribuições do Ministro Bruno Dantas na elaboração do anteprojeto do Código de Processo Civil (CPC)	713
1.2	Breves notas introdutórias.....	714
2	O ativismo judicial.....	715
2.1	Dos desafios para a conceituação do ativismo judicial.....	715
2.2	O ativismo e o discurso neoconstitucionalista	721
3	Algumas divergências e aproximações entre os sistemas <i>civil law</i> e <i>common law</i>	724
3.1	Sobre aproximações.....	724
3.2	Sobre divergências.....	727
3.3	Sobre o instituto dos assentos do direito português	731
4	O modelo de precedentes brasileiro	735

5	Conclusões.....	740
	Referências.....	741
	SOBRE OS AUTORES.....	745